

## Carta Aberta

Ex.mos Senhores,

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Marquesa de Alorna em Lisboa, tem vindo a debater-se com uma questão aparentemente interna, mas que após uma grande reflexão verificou que se trata de um problema transversal a várias escolas, e por esse facto decidiu escrever esta carta aberta, não só dirigida à direção da escola, mas a um conjunto de entidades com competência para refletir e decidir sobre uma matéria que consideramos uma violação dos direitos dos nossos filhos e de outras crianças, alunas em outras escolas.

Desta forma refletindo, sobre o atual contexto pandémico e aquele que se adivinha, percebemos que a situação, felizmente, é distinta do contexto de fevereiro de 2021, altura em que foram definidas as diretrizes para a organização escolar.

Com a vacinação de 85% da população portuguesa, foi possível assistirmos a um caminhar para a chamada normalidade, em que o contacto entre a população voltou a ser possível, como anunciado pelo Governo *“Tendo em conta a evolução da pandemia em Portugal e, sobretudo, do processo de vacinação, o Governo decidiu avançar para a próxima fase do Plano de Levantamento Gradual das Restrições, tal como previsto a 29 de julho, aquando da apresentação da estratégia<sup>1</sup>”*, podendo agora ser possível a abertura de bares e discotecas com certificado digital; os restaurantes deixam de ter limite máximo de pessoas por grupo; o fim dos limites de lotação, designadamente para casamentos e batizados; bem como no comércio e espetáculos culturais.

Foi com entusiasmo que assistimos a este regresso, no entanto, e apesar de o referencial citar que *“Os estabelecimentos de educação e/ou ensino são locais de convívio e partilha, onde importa estabelecer medidas de saúde pública, em alinhamento com aquelas implementadas a nível comunitário.”*, **vemos que os nossos filhos continuam privados dos seus direitos e liberdades fundamentais, estando atualmente em todo o seu contexto escolar a funcionar com regras não alinhadas com a situação atual.**

---

<sup>1</sup> <https://covid19estamoson.gov.pt/levantamento-de-restricoes-1-de-outubro/>

A normas que regulam as escolas citam que *“A evidência científica indica que a incidência de casos de infeção por SARS-CoV-2, e mesmo de surtos, em contexto escolar está correlacionada com a incidência da infeção na comunidade, designadamente através de contágios que ocorrem fora da escola<sup>2</sup>.”*

E que a *“Reorganização do espaço escolar: os estabelecimentos de educação e/ou ensino devem ser reorganizados de forma a cumprir com a legislação, as normas e orientações em vigor”* e adicionalmente que *“Segundo o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) tudo indica que a transmissão de SARS-CoV-2 acontece de fora para dentro da escola, sugerindo que as crianças provavelmente contraem a infeção em casa ou na comunidade.”* Hoje em dia temos uma transmissão reduziu-se substancialmente face a fevereiro de 2021 (data em que o primeiro referencial foi publicado), as taxas de internamento e mortes igualmente, e que nesta faixa etária. Dados de 27 de setembro mostram que 98,6% da população acima dos 12 anos tinha pelo menos a primeira dose da vacina, e 92,6% tinha a vacinação completa. Para as faixas etárias entre os 20 e os 69 anos, nas quais se situa a totalidade dos professores, a percentagem da população com pelo menos uma dose da vacina crescia progressivamente dos 92 (20-29) até aos 100% (50-59 e 60-69). Para os jovens entre os 12 e os 19 anos, ela era de 88%

Contudo e de forma surpreendente, o referencial que foi revisto em 30/09/21, não tem qualquer alteração substancial, como cita o próprio documento, a *“revisão efetuada, pela Direção-Geral da Saúde, ao Referencial já existente, à luz dos princípios de evidência e conhecimento científico, bem como da evolução da situação epidemiológica, não apresentando alterações de relevo, pelo que a sua aplicação não terá impacto significativo nos estabelecimentos de educação e/ou ensino relativamente ao seu funcionamento no ano letivo 2020/2021”*.

**As orientações atuais que regem o contexto escolar**, por serem em tudo semelhantes às que as escolas receberam quando estávamos no pico da pandemia, **não servem e não se ajustam ao atual contexto pandémico, permitindo discriminações da vida escolar**

---

<sup>2</sup> “Referencial Escolas – Controlo da transmissão de COVID19 em contexto escolar” para o ano letivo 2021/2022 [https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2021/09/Referencial-Escolas-2021-2022\\_versao\\_final.pdf](https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2021/09/Referencial-Escolas-2021-2022_versao_final.pdf)

**dentro da escola em comparação à vida cotidiana que todos podemos usufruir neste momento.**

Jaime Milheiro, psicanalista respeitado, no prefácio do livro *“Mais Amor Menos Doença”* de Coimbra de Matos, mostra-nos que a saúde física e mental tem de ser entendida como um todo *“(…) aquilo a que costumamos chamar Saúde Mental circulará, por entre a biologia e os seus movimentos, como circula o sangue. Em toda a parte. Em todos os interstícios e moléculas.... expandindo-se por todo o sujeito... entre a saúde e a doença, entre o prazer e a dor, entre o conhecimento e o mistério, entre o visível e o invisível, entre o sonho e o medo, entre a vida e a morte... em parceria com a biologia do seu corpo. Por isso, quando uma parcela desse corpo adoecer ou “dói”, a doença ou a dor será necessariamente mental e vice-versa. Será sempre global. Sendo assim, aquilo que a que costumamos chamar Saúde Mental deveria chamar-se apenas Saúde”*

É neste sentido que nos questionamos sobre tudo isto e sobre o equilíbrio entre as regras e orientações, e o que é respeitar e promover a saúde face a um contexto de crise pandémica em contraponto com o que hoje é um contexto de pandemia de alguma forma mais controlada, em que a maioria dos adolescentes até já se encontram vacinados.

Estamos neste momento a promover a saúde física em detrimento da saúde psicológica das crianças e inclusive dos professores.

**É altura de libertar as crianças e de mostrar que realmente somos capazes de as respeitar.**

Sabemos que o país precisa das escolas abertas. Mas não pode ser a qualquer custo. As nossas crianças precisam de uma escola aberta não só nos edifícios, mas também nos braços dos educadores e professores. As nossas crianças precisam de uma escola mais disponível que nunca.

Não desvalorizamos a epidemia e o seu impacto real, no entanto estamos em crer que o alarmismo gerado conduz naturalmente a uma cegueira em relação aos Direitos das Crianças, às suas especiais necessidades e ao impacto que tudo isto deixará no seu desenvolvimento, que possivelmente trará muitos mais custos ao Estado a longo prazo.

As crianças não podem continuar a ser sujeitas a medidas “radicais” nas escolas. Esta afirmação não é nossa, ela foi escrita num documento de reflexão da Comissão Nacional da Saúde Materna, da Criança e do Adolescente (CNSMSA), o órgão oficial na matéria de consulta da própria DGS, documento multidisciplinar (pediatria, infeciologia, saúde mental e social) esse em que se põe em causa medidas exageradas adotadas na presente crise.

Atualmente já se sabe que *“as crianças têm uma taxa de infeção mais baixa do que os adultos (representando 1-2% dos casos)”*, que, quando infetadas, *“muitas ficam assintomáticas ou têm doença ligeira”* e que *“os internamentos e as formas graves rareiam”*.

No preâmbulo do documento diz mais: *“Passada a fase inicial em que o desconhecimento em que a ignorância pode ter justificado a adoção de medidas exageradas, hoje já não se compreendem atitudes radicais no tratamento de crianças”*, contextualiza Gonçalo Cordeiro Ferreira, presidente da comissão. *“Temos de ter bom senso. O que se tentou demonstrar neste documento, com base na experiência dos autores e na literatura, é que muitas das medidas excessivas fazem pior à saúde mental e física das crianças do que o risco de infeção”*.

Um estudo recente pelo Instituto de Apoio à Criança (IAC, 2021) revelou que os pais pensavam que as crianças se estavam a adaptar sem problemas ao isolamento e às restrições, mas os seus filhos, quando respondiam diretamente aos inquiridores, revelavam níveis de medo e angústias a um nível muito superior que os pais pensam que eles tinham, muitos em níveis disfuncionais.

Os níveis de stress tóxicos afetam todo o desenvolvimento da criança, incluindo o cerebral e neurológico. Uma criança em stress não aprende e não tem condições para se desenvolver de forma equilibrada.

Assim a escola deixa de ser escola.

Estas medidas excessivas farão pior à saúde dos futuros cidadãos do que os casos Covid-19 nas escolas.

Na nossa escola, em particular, sentimos que o facto de os nossos filhos estarem privados no contacto entre os pares e que a regulação das emoções é colocada em causa, uma vez que os tempos de intervalo, fundamentais ao desenvolvimento emocional é reduzido e controlado.

- Estes horários condensados impostos no caso da nossa escola para garantir “bolhas” (8h10 às 13h45 e das 13h15 às 18h50), pelo segundo ano consecutivo estão a trazer problemas de concentração, de fraco rendimento escolar e essencialmente problemas de ansiedade, comportamentos agressivos ou demasiado passivos/ausentes, e que podem levar a estados depressivos e outras psicopatologias, nas nossas crianças. Constatámos isto no ano passado e começamos mais um ano em que permitimos que estes problemas se acentuem e agravem;
- Por outro lado, as crianças mais pequenas, também iniciam o seu período escolar, demasiado cedo, sendo que as aulas no período da manhã, e o período de almoço que se segue, fica também comprometidas pelos reduzidos intervalos, onde os convívios são apressados, não havendo, mais uma vez lugar, ao tempo para a criação de relações sociais fundamentais para o desenvolvimento
- A juntar a estes horários, em blocos de 5 horas praticamente seguidos, é “oferecido” às crianças, um intervalo de 10 e outro de 15 minutos, em que lhes é pedido que lanchem, façam as necessidades fisiológicas e que convivam com os colegas e brinquem. Talvez aqui fosse bom todos refletirmos sobre o que seria se, nos nossos trabalhos, tivéssemos apenas direito a estes intervalos, numa jornada de 5 ou 6 horas seguidas;
- Os campos de jogos, estão fechados fora das aulas de educação física, não promovendo a atividade física e mais uma vez o desenvolvimento de relações entre os pares;
- As atividades extracurriculares, fora da escola, sejam elas desportivas ou culturais, foram altamente comprometidas, já que os horários no período da tarde prolongam-se até perto das 19h.

- Foram canceladas as atividades extracurriculares promovidas pela escola, fundamentais para a descoberta de novas competências das crianças e o sentido de pertença à escola.
- Os laboratórios estão encerrados, por questões logísticas e de desinfecção do espaço, situação inadmissível e que não permite a descoberta de novas competências científicas ou artísticas.

Esta carta tem por objetivo servir de mote ao início de um pedido e alerta geral ao Ministério de Educação, Ministério da Saúde, à Confederação das Associações de Pais e à Ordem dos Psicólogos, para alteração das atuais diretrizes que servem de orientação para as escolas organizarem todo o contexto escolar face ao risco da pandemia.

Que se leve às reuniões internas das instituições esta discussão para reflexão e tomada de posição, relativamente à violação dos direitos da criança, nomeadamente o direito à Educação e um desenvolvimento integral adequado onde a saúde mental é tida em consideração e como sendo parte da saúde geral de um individuo, situação esta que não mais é o respeito pelos Direitos da Criança que estão explanados na Convenção Dos Direitos da Criança, retificada por Portugal, em 1990.

Sentimos que todas as questões aqui argumentadas atestam que as nossas crianças estão a ser privadas dos direitos de serem crianças e de um desenvolvimento fundamental para elas nessa fase tão importante da vida de cada uma, nomeadamente as relações sociais que favorecem o pensamento criativo e a troca de experiências.

Não podemos ignorar que, durante o período de maior incidência de contaminação nessa pandemia, elas também se comprometeram muito e se esforçaram para que tudo voltasse a normalidade, mudando em pouquíssimo tempo a maneira de estudar e aprender, submetendo-se às aulas online num formato completamente diferente do que estavam habituadas, entre outras inúmeras situações. E que também elas devem ser valorizadas por todo esforço que fizeram durante estes longos meses de pandemia.

Não está a ser valorizado, nem tido em conta o esforço, comprometimento e confiança nas instituições de saúde, de milhares de jovens que se vacinaram e que esperavam com isso poder regressar a um ano letivo mais perto da normalidade.

Os nossos jovens fizeram um esforço e agora merecem que as instituições façam o mesmo e lhes devolvam e retribuam o tempo para poderem aprender e crescer de forma saudável nas escolas, que lhes devolvam as atividades extra, os intervalos para poderem lanchar e brincar com calma e que os deixem ser crianças mentalmente saudáveis.

Não queremos tudo cem por cento igual ao que tínhamos antes de março de 2020, não somos pais que negam a realidade, mas queremos equilíbrio e queremos que ouçam as crianças, pois o direito à participação também é um direito fundamental e que consta na Convenção.

A maior parte das restrições à população em geral já foram levantadas e as pessoas começam a regressar a normalidade. E as nossas crianças? A faixa etária menos afetada por complicações do Covid, com casos raros de incidências de casos agravados e mortes, continuam presas em um ambiente onde deveriam se sentir livres.

Os horários continuados e condensados dentro da escola, consequências das regras de distanciamento que não são impostas fora de escola, privam as crianças de um ensino de qualidade e um desenvolvimento intelectual saudável. Privam as crianças de relações humanas, de tempo de descanso e socialização para assimilar o aprendido e para a troca de experiências e ideias.

No nosso caso em concreto, na Escola Marquesa de Alorna, apesar do esforço para que tudo possa ser feito, o distanciamento exagerado imposto, privam os alunos de projetos extracurriculares, laboratórios, campos de jogos, aulas de artes, entre outras, importantes coadjuvantes na educação e muito frequentes no contexto pré pandemia.

O distanciamento e a atual carga horária da escola privam os alunos, de professores mais calmos e pacientes, pois os mesmos estão sobrecarregados.

Também privam os encarregados de educação que, com o levantamento das restrições, voltaram as atividades de trabalho em horário integral e não podem dedicar muito tempo para acompanhar os educandos. As crianças estão ansiosas, estão cansadas mentalmente e não se sentem mais parte de uma comunidade visto que para elas as restrições continuam praticamente as mesmas, enquanto para os outros a vida já está quase “normal”.

Vimos por isso, **pedir uma redução da rigidez das orientações, normas e regras a aplicar às crianças nas escolas no ano letivo 2020/2021**, apelando para que todos sejamos, uma comunidade escolar capaz de proteger as nossas crianças.

**Pelos Pais**

---

**Catarina Gali Roseira**